NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2020.

1 – Contexto Operacional

A Empresa Municipal de Urbanismo de São José do Rio Preto - EMURB é uma Empresa Pública constituída nos termos da Lei 1.687 de 14 de dezembro de 1972, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo Estatuto, pelas normas regimentais que adota e pela legislação que lhe seja aplicada.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO CIRCULANTE

2.1.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O ativo disponível representa o somatório dos valores constantes da conta caixa, contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras que possuem liquidez imediata.

2.1.2 – Duplicatas a Receber

Representam os valores a receber em curto prazo, que são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

2.1.3 – Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, considerando o andamento das ações judiciais de cobrança dos mesmos.

2.1.4 – Adiantamentos a Funcionários

Representam direitos que a empresa possui junto aos funcionários referente aos adiantamentos salariais e de férias. Segue detalhamento:

Salários	R$ 1.694,06
Férias	R$ 28.088,21

2.1.5 – Tributos a Recuperar

Representam direitos que a empresa possui junto ao fisco que serão compensados com tributos a pagar ou serão restituídos a esta empresa em exercícios subsequentes. Segue detalhamento:

IRPJ	R$ 39.354,15
CSLL	R$ 13.571,44
INSS	R$ 97,83
FGTS	R$ 532,93
IRRF S/ FÉRIAS	R$ 830,89

2.1.6 – Créditos com Fornecedores

Representam direitos com os fornecedores provenientes de adiantamento de recursos financeiros que serão recuperados no exercício posterior.

2.1.7 – Estoques

Representa o estoque de materiais de consumo e insumos utilizados na prestação dos serviços, mensurado pelo custo médio das compras.

2.1.8 – Despesas Antecipadas

Representam gastos com seguros de veículos e imóveis que serão apropriados mensalmente durante a vigência dos contratos obedecendo ao regime de competência. Segue detalhamento:

Seguros - Imóveis	R$ 1.348,16
Seguros - Veículos	R$ 3.927,93

ATIVO NÃO CIRCULANTE

2.1.9 – Depósitos Judiciais

Representam os valores depositados em juízo provenientes de ações judiciais de natureza trabalhista.

2.1.10 – Duplicatas a Receber

Representam os valores a receber em longo prazo provenientes de preço público pela utilização do terminal rodoviário de passageiros, são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

2.1.11 – Tributos a Recuperar

Representam direitos que a empresa possui junto ao fisco federal, objeto de solicitação de restituição. Refere-se a PIS e COFINS que incidiram sobre as receitas de taxa utilização terminal suburbano que foram restituídas ao cliente, neste exercício, através de processo judicial que julgou irregular a cobrança dessa taxa. Segue detalhamento:

Pis a Recuperar	R$ 23.062,15
Cofins a Recuperar	R$ 106.225,66

2.1.12 – Investimentos

Representam os investimentos em outras empresas e estão contabilizados com base no método de custo.

2.1.13 – Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo valor de custo de aquisição.
Os bens são depreciados pelo método linear e com base nas vidas úteis estimadas.

Quadro explicativo das movimentações do Imobilizado

Descrição	01.01.2020	31.12.2020
Saldos Iniciais		
Valor Bruto	1.186.056,84	
(-) Depreciação Acumulada	(886.325,06)*	
Alterações		
Aquisições		73.226,19
Baixas de Ativo		2.720,00
Baixa depreciação		2.325,17*
Depreciação do Período		(64.534,19)*
Saldos Finais		
Valor Bruto		1.256.563,03
(-) Depreciação Acumulada		(948.534,08)*

*Referem-se à movimentação das contas de depreciação acumulada.

PASSIVO CIRCULANTE

2.1.14 – Fornecedores

São obrigações contraídas com fornecedores de materiais e serviços a serem pagas no exercício de 2021.

2.1.15 – Obrigações Tributárias

São obrigações junto ao Fisco Federal e Municipal que teve como fato gerador as atividades operacionais da empresa e foram contabilizados obedecendo ao princípio da competência.

PIS	R$ 26.115,95
COFINS	R$ 120.332,31
IRRF	R$ 59.354,14
ISS	R$ 1.676,64
CSRF	R$ 1.017,79

2.1.16 – Obrigações com Pessoal

Representa o valor da folha de pagamento, rescisões e pensão alimentícia a pagar no mês de janeiro/2021.

2.1.17 – Encargos Sociais

Representam as obrigações com encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento e sentenças judiciais transitadas em julgado, que serão pagas no exercício posterior.

INSS	R$ 139.747,39
FGTS	R$ 84.821,36
INSS Sentença Trabalhista	R$ 47.362,06

2.1.18 – Férias a Pagar

Representam os valores das obrigações com férias e seus respectivos encargos sociais que são reconhecidos mensalmente 1/12 de acordo com o regime de competência, conforme determinam as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Férias	R$ 708.210,56
INSS	R$ 212.179,89
FGTS	R$ 56.656,85

2.1.19 – Outras Obrigações a Pagar

Representam valores referentes às sentenças judiciais que estão sendo pagas em parcelas, honorários advocatícios, custas processuais, crédito consignado na folha de pagamento decorrente de empréstimos bancários, contribuição sindical e cartão da Associação Comercial e Industrial de Rio Preto.

Sentença Judicial Trabalhista	R$ 131.742,20
Cartão ACIRP - Empregados	R$ 2.724,33
Empréstimos Consignados - Empregados	R$ 34.745,55
Honorários Advocatícios	R$ 2.000,00
Contribuição Sindical	R$ 603,55
Sentença Judicial Restituição de Receitas	R$ 1.636.390,08
Custas Processuais	R$ 1.172,00

2.1.20 – Parcelamentos Tributários

Representa a dívida tributária parcelada na Receita Federal do Brasil vincenda no curto prazo, ou seja, em até doze meses da data desta demonstração contábil. É composta por débitos previdenciários e não previdenciários:

Previdenciários	R$ 315.789,84
Não Previdenciários	R$ 685.512,12

2.1.21 – Parcelamentos com Fornecedores

Representa dívida parcelada com fornecedor, vincenda no curto prazo, ou seja, em até doze meses da data desta demonstração contábil.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

2.1.22 – Receitas Diferidas

Representam os valores de preços públicos provenientes da utilização do terminal rodoviário de passageiros, contabilizados como contrapartida de duplicatas a receber no longo prazo pelo fato de estarem sendo discutidos judicialmente. Serão convertidos em receita ou estornados quando o processo transitar em julgado.

2.1.23 – Parcelamentos Tributários

Representa dívida tributária parcelada na Receita Federal do Brasil vincenda no longo prazo, ou seja, após até doze meses da data desta demonstração contábil. É composta por débitos previdenciários e não previdenciários.

Previdenciários	R$ 1.220.914,20
Não Previdenciários	R$ 2.233.170,25

2.1.24 – Parcelamento com Fornecedores

Representa dívida parcelada com fornecedor, vincenda no longo prazo, ou seja, após doze meses da data desta demonstração contábil.

2.1.25 – Patrimônio Líquido

Representa a diferença entre a soma dos ativos e passivos, ou seja, todos os bens e direitos deduzindo as obrigações da empresa.

É composto pelo Capital Social investido na abertura da empresa e os resultados acumulados gerados na atividade operacional da mesma.

A variação no exercício de 2020 foi a seguinte:

Patrimônio Líquido em 01/01/2020	R$ (3.241.212,41)
Prejuízo do Exercício	R$ (2.763.863,71)
Patrimônio Líquido em 31/12/2019	R$ (6.005.076,12)

2.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

2.2.1 – Receitas de Prestação de Serviços, Rodoviária e Área Azul

Representa a receita bruta auferida com a prestação de serviços, administração da rodoviária e área azul, reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, de acordo com o fato gerador, independentemente do seu recebimento.

2.2.2 – Deduções da Receita

Representam os tributos incidentes diretamente sobre as receitas de prestação de serviços, rodoviária e área azul (PIS, COFINS, ISS).

2.2.3 – Custos

Representam todos os custos com a execução dos contratos de prestação de serviços, administração da rodoviária e área azul, tais como: materiais utilizados como insumo, despesas com pessoal e encargos sociais ligados diretamente com a prestação de serviços, materiais de segurança do trabalho, etc.

2.2.4 – Despesas Gerais e Administrativas

Representam as despesas relacionadas com a direção, gestão e administração, incluindo manutenção das instalações administrativas e despesas gerais.

2.2.5 – Outras Despesas Operacionais

Refere-se a restituição ao cliente de receitas de taxa utilização terminal suburbano, neste exercício, através de processo judicial, líquida de PIS e COFINS incidentes sobre as mesmas, que serão objeto de pedido de restituição junto ao fisco federal.
Também, o cancelamento dos créditos de tarifas da área azul realizado pela administradora de cartão de crédito em decorrência da reclamação do usuário.

2.2.6 – Outras Receitas

Representa a receita com a venda dos direitos da operacionalização da folha de pagamento da empresa, líquida do PIS e COFINS, incidentes sobre a mesma.

2.2.7 – Outras Despesas

Representa as despesas com condenações judiciais de natureza trabalhista e cível, bem como contribuições previdenciárias e FGTS, honorários advocatícios e custas processuais decorrente das mesmas.

2.2.8 – Despesas Tributárias

Representam os tributos que não incidem sobre a receita ou resultado, como IOF, Taxas Diversas e Taxa de Licença de Funcionamento.

2.2.9 – Receitas Financeiras

Representam os juros recebidos, rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos, deduzidos das contribuições de PIS e COFINS sobre essas receitas.

2.2.10 – Despesas Financeiras

Representam as despesas bancárias, desconto concedidos, juros e correções sobre parcelamentos tributários, sentenças judiciais e tributos em atraso.

2.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2.3.1 – Fluxos de caixa das atividades operacionais

Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade.
A demonstração foi elaborada pelo Método Indireto onde o fluxo de caixa líquido advindo das atividades é determinado ajustando o resultado do exercício quanto aos efeitos de transações que não afetam o caixa, tais como depreciação e perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa. Depois, apura-se todas as variações ocorridas nos ativos e passivos que influenciaram no caixa, exceto ativo imobilizado.

2.3.2 – Fluxos de caixa das atividades de investimento

Representam as aquisições de bens móveis (máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e instalações) para utilização na prestação de serviços.

2.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS

Demonstra as alterações ocorridas no saldo da conta lucros ou prejuízos acumulados.

2.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Demonstra todas as variações ocorridas no capital próprio da empresa, ou seja, detalha os aumentos e reduções de todas as contas contábeis do patrimônio líquido, inclusive a de lucros e prejuízos acumulados.

São José do Rio Preto, 31 de dezembro de 2020.

Diretor Presidente
Rodrigo Ildebrando Juliano
CPF: 258.188.398-77

MetaPública Consultoria e Assessoria
Adilson P. Maia
CRC:2SP-026656/O-4